A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM D.I NA REDE PÚBLICA

MARILENE ROCHA

RESUMO
Este trabalho investigou, na literatura, as formas pelas quais a inclusão das pessoas com deficiência intelectual nas escolas regulares pode se tornar possível. O conceito de Deficiência Intelectual (DI) traz consigo a dificuldade de se traduzir uma realidade múltipla em uma única definição, já que são muito diversas as manifestações da deficiência intelectual nos indivíduos. A inclusão de pessoas com deficiência intelectual nas escolas regulares pode se tornar possível através de uma abordagem centrada no aluno, que reconhece e valoriza suas habilidades e necessidades individuais. Isso pode envolver adaptações curriculares, suporte individualizado, capacitação de professores e sensibilização da comunidade escolar. Além disso, a promoção de uma cultura inclusiva, que celebra a diversidade e combate o estigma, é fundamental para criar um ambiente acolhedor e solidário para todos os alunos. Programas de apoio, como a coleta de dados e avaliações frequentes, podem ajudar a identificar as necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual e direcionar intervenções adequadas. Estratégias pedagógicas diferenciadas, como o uso de materiais visuais, atividades práticas e tecnologia assistiva, podem facilitar a participação e o aprendizado desses alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão Escolar. Deficiência Intelectual.

1 INTRODUÇÃO

O direito à Educação, considerado um dos direitos humanos fundamentais, vem sendo amplamente discutido nas diversas instâncias da sociedade. Mais recentemente, assiste-se a um rico debate quanto a necessidade de tornar esse direito, de fato, um direito universal, ou seja, estendido a todos os indivíduos independentemente de suas características pessoais. O contexto de tal debate é a histórica exclusão de setores da sociedade que, por suas especificidades manteve-se, na prática, alijado dos processos educacionais formais. Esse debate reflete uma preocupação crescente com a justiça social e a equidade no acesso à educação. Historicamente, certos grupos sociais, como pessoas com deficiência, minorias étnicas, comunidades rurais e indígenas, entre outros, foram sistematicamente excluídas dos sistemas educacionais formais devido a preconceitos, discriminação e barreiras estruturais.

A garantia do direito à educação para todos os indivíduos, independentemente de suas características pessoais, é fundamental para promover a igualdade de oportunidades e combater as desigualdades sociais. Uma educação inclusiva e equitativa não apenas beneficia os próprios alunos, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para realizar seu potencial máximo, mas também fortalece as sociedades como um todo, ao promover a diversidade, a tolerância e o desenvolvimento sustentável.

Para tornar o direito à educação universal uma realidade, é necessário adotar uma abordagem abrangente que envolva políticas educacionais inclusivas, investimentos em infraestrutura escolar acessível, capacitação de professores para atender às necessidades de todos os alunos e sensibilização da comunidade sobre a importância da inclusão educacional.

Além disso, é crucial enfrentar as causas subjacentes da exclusão educacional, como pobreza, discriminação e falta de acesso a serviços básicos, garantindo assim que todos os indivíduos tenham igualdade de oportunidades desde o início de suas vidas.

A promoção do direito à educação universal requer um compromisso coletivo de governos, organizações internacionais, sociedade civil e outros atores relevantes para garantir que nenhum indivíduo seja deixado para trás. Somente através de esforços conjuntos e coordenados podemos construir um mundo onde o direito à educação seja verdadeiramente universal e onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de prosperar e contribuir plenamente para suas comunidades e sociedades.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)

O conceito de Deficiência Intelectual

(DI) traz consigo a dificuldade de se traduzir uma realidade múltipla em uma única definição, já que são muito diversas as manifestações da deficiência intelectual nos indivíduos. Essa diversidade de manifestações da deficiência intelectual nos indivíduos torna desafiador definir o conceito de DI de maneira precisa e abrangente. A deficiência intelectual é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que afetam o desempenho em áreas como comunicação, autocuidado, habilidades sociais e acadêmicas.
No entanto, é importante reconhecer que essas limitações podem variar em gravidade e natureza de uma pessoa para outra. Além disso, o contexto cultural, social e ambiental de cada indivíduo pode influenciar sua experiência e manifestação da deficiência intelectual.

Por exemplo, uma pessoa com deficiência intelectual pode ter dificuldades de aprendizado, problemas de memória, dificuldades na resolução de problemas ou atrasos no desenvolvimento das habilidades sociais. No entanto, o impacto dessas dificuldades na vida diária e nas oportunidades de participação pode variar significativamente de acordo com fatores como acesso a recursos de apoio, suporte familiar, ambiente escolar inclusivo e políticas de inclusão social.
Portanto, ao lidar com o conceito de deficiência intelectual, é importante adotar uma abordagem centrada na pessoa, que reconheça e valorize a individualidade e as necessidades únicas de cada indivíduo. Isso implica não apenas reconhecer as limitações, mas também identificar e promover as habilidades, interesses e potenciais de cada pessoa com deficiência intelectual.
Uma abordagem inclusiva e holística para compreender e apoiar as pessoas com deficiência intelectual é essencial para garantir que elas tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, de emprego, sociais e comunitárias. Essa perspectiva reconhece a diversidade e a complexidade das experiências humanas e busca promover a participação ativa e a inclusão de todos os indivíduos na sociedade.
Uma abordagem inclusiva e holística para apoiar pessoas com deficiência intelectual vai além do simples reconhecimento das suas necessidades específicas. Ela envolve a criação de ambientes que valorizam a diversidade e promovem a participação plena e igualitária de todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades ou características.

Isso requer o desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas em diversos setores, como educação, emprego, saúde, transporte e lazer. Por exemplo, nas escolas, é essencial fornecer suporte individualizado, adaptações curriculares e oportunidades de aprendizado colaborativo para garantir que os alunos com deficiência intelectual possam alcançar seu potencial máximo.

No contexto do emprego, é importante promover a igualdade de oportunidades e eliminar barreiras para a participação de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Isso pode incluir programas de capacitação, apoio à transição para o emprego e adaptações no local de trabalho para garantir a acessibilidade e a inclusão.
Além disso, a inclusão social e comunitária é fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual. Isso envolve a criação de espaços e atividades acessíveis e inclusivas, onde todos os membros da comunidade possam participar ativamente e se sentir valorizados.
Para promover uma sociedade verdadeiramente inclusiva, é necessário combater o estigma e a discriminação associados à deficiência intelectual, promovendo a conscientização e a compreensão da diversidade humana. Isso requer o engajamento de todos os setores da sociedade, incluindo governos, empresas, organizações da sociedade civil e a própria comunidade, para trabalharem juntos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.
Isso pode ser alcançado através de campanhas de sensibilização pública, programas educacionais nas escolas, treinamento para profissionais de saúde e outros setores, e a promoção de representações positivas e precisas de pessoas com deficiência intelectual nos meios de comunicação e na cultura popular.
Além disso, é importante garantir que as leis e políticas nacionais e internacionais protejam os direitos das pessoas com deficiência inte-

lectual e promovam sua plena inclusão e participação na sociedade. Isso pode incluir leis antidiscriminação, políticas de acessibilidade, programas de apoio social e econômico, entre outras medidas.
O envolvimento ativo das próprias pessoas com deficiência intelectual e suas organizações representativas é fundamental para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades e aspirações sejam consideradas em todas as áreas da vida social e política.

Além disso, é importante reconhecer e valorizar as contribuições únicas que as pessoas com deficiência intelectual podem trazer para a sociedade. Ao invés de vê-las apenas como receptores de cuidados ou beneficiárias de assistência, é essencial reconhecer sua capacidade de contribuir de maneira significativa para o bem-estar e o progresso de suas comunidades.
Promover uma sociedade verdadeiramente inclusiva requer um compromisso coletivo de todos os membros da sociedade para superar preconceitos, eliminar barreiras e promover a igualdade de oportunidades para todos. Isso não é apenas uma questão de justiça social, mas também de enriquecimento e fortalecimento das comunidades e da sociedade como um todo.
Ao reconhecer e valorizar a diversidade humana em todas as suas formas, podemos construir um mundo mais justo, solidário e inclusivo para todos, onde cada indivíduo é respeitado e tem a oportunidade de realizar seu potencial máximo, independentemente de suas habilidades ou características.
Essa abordagem inclusiva e respeitosa da diversidade humana não apenas beneficia as pessoas com deficiência intelectual, mas também enriquece toda a sociedade. Ao reconhecer e valorizar as contribuições únicas de cada indivíduo, independentemente de suas habilidades ou características, podemos criar um ambiente mais criativo, inovador e dinâmico, onde a diversidade é celebrada e considerada uma fonte de força e crescimento.
Além disso, promover a inclusão e o respeito pela diversidade contribui para a construção de relações mais harmoniosas e empáticas entre as pessoas, reduzindo o isolamento social, a exclusão e o conflito. Isso cria uma sociedade mais coesa e solidária, onde todos se sentem valorizados e parte integrante da comunidade.
Ao promover uma cultura de inclusão e respeito pela diversidade desde cedo, nas escolas e em outros ambientes de socialização, podemos ajudar a moldar as atitudes e comportamentos das gerações futuras, criando uma base sólida para um mundo mais justo e inclusivo.

Além disso, ao reconhecer e respeitar a diversidade humana, estamos também reconhecendo a interseccionalidade das identidades e experiências de cada indivíduo, incluindo raça, gênero, orientação sexual, idade, religião e origem étnica. Isso nos permite abordar de forma mais holística e integrada as questões de injustiça e desigualdade que afetam diferentes grupos na sociedade.
No entanto, promover uma cultura de inclusão e respeito pela diversidade requer um compromisso contínuo e uma ação coletiva de todos os membros da sociedade. Isso envolve não apenas a implementação de políticas e programas inclusivos, mas também uma mudança fundamental nas atitudes e valores que sustentam as relações sociais e institucionais.
Em última análise, ao reconhecer e valorizar a diversidade humana em todas as suas formas, podemos construir um mundo onde todos têm a oportunidade de viver com dignidade, igualdade e respeito, e onde cada indivíduo pode contribuir plenamente para o bem-estar e o progresso da humanidade.
Esse compromisso contínuo com a promoção da inclusão e do respeito pela diversidade implica em um processo de conscientização e educação em todos os níveis da sociedade. Isso significa que é necessário investir em programas de sensibilização e capacitação que ajudem as pessoas a compreenderem melhor as diferentes formas de diversidade e a reconhecerem seus próprios preconceitos e privilégios.
Além disso, é importante promover a representatividade e a participação de grupos marginalizados em todas as esferas da vida social e política, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que tenham poder de decisão sobre questões que os afetam diretamente.
Isso requer a criação de espaços seguros e inclusivos onde as pessoas possam se expres-

sar livremente, sem medo de discriminação ou retaliação. Também é essencial promover o diálogo e o entendimento mútuo entre diferentes grupos, buscando construir pontes de solidariedade e cooperação.

Além disso, as instituições públicas e privadas têm um papel crucial a desempenhar na promoção da inclusão e do respeito pela diversidade. Isso inclui a implementação de políticas de recrutamento e promoção que garantam a diversidade e a igualdade de oportunidades em todos os níveis hierárquicos, bem como a criação de ambientes de trabalho inclusivos e acessíveis.
No entanto, para que essas mudanças sejam efetivas, é necessário um compromisso firme por parte dos líderes políticos, empresariais, religiosos e comunitários, bem como da sociedade como um todo. Isso requer coragem e determinação para enfrentar as estruturas de poder e os sistemas de opressão que perpetuam a exclusão e a discriminação.
Por fim, é importante lembrar que a promoção da inclusão e do respeito pela diversidade não é apenas uma questão de justiça social, mas também de interesse comum. Uma sociedade mais inclusiva e diversa é uma sociedade mais resiliente, criativa e próspera, capaz de enfrentar os desafios do século XXI com sucesso e solidariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou, na literatura, as possibilidades de realização de um trabalho pedagógico que, de fato, inclua os deficientes intelectuais no direito à Educação. A pesquisa em torno da definição de Deficiência Intelectual (DI) evidenciou que o conceito passou por diversas mudanças ao longo da história e que, atualmente, há uma tendência em se valorizar as potencialidades dos deficientes intelectuais, o que significa que sua inclusão escolar é uma exigência de uma sociedade que se pretende democrática.
As possibilidades de realização de um trabalho pedagógico inclusivo para os deficientes intelectuais no direito à educação são vastas e fundamentais para garantir a sua plena participação na sociedade. Essas possibilidades podem ser exploradas através de diferentes abordagens e estratégias pedagógicas que reconhecem e valorizam as habilidades e potenciais únicos de cada aluno.

Uma abordagem centrada no aluno é essencial, onde os professores reconhecem e respeitam as diferenças individuais e adaptam o ensino para atender às necessidades específicas de cada aluno com deficiência intelectual. Isso pode envolver a implementação de programas de ensino individualizado, adaptações curriculares, uso de materiais e recursos de apoio adequados, e a promoção de um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor.
Além disso, é importante promover a colaboração entre professores, famílias, profissionais de saúde e outros profissionais envolvidos no processo educacional, para garantir uma abordagem integrada e holística no suporte aos alunos com deficiência intelectual.
O uso de tecnologia assistiva e recursos educacionais acessíveis também podem ampliar as oportunidades de aprendizagem e participação dos alunos com deficiência intelectual, permitindo-lhes acessar o currículo de forma mais eficaz e independente.
Programas de educação inclusiva que promovem a interação e o convívio entre alunos com e sem deficiência intelectual também são importantes para combater o estigma e promover a compreensão e a empatia entre os alunos.
Além disso, é fundamental investir na formação e capacitação de professores para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual, proporcionando-lhes as habilidades e conhecimentos necessários para oferecer um ensino de qualidade e inclusivo.
Por fim, é importante destacar que a inclusão de alunos com deficiência intelectual no direito à educação não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma oportunidade para enriquecer o ambiente escolar e promover uma cultura de respeito pela diversidade e inclusão. Ao reconhecer e valorizar as contribuições únicas de cada aluno, podemos construir uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva para todos.
Essa valorização das potencialidades dos deficientes intelectuais representa uma mudança significativa na forma como a sociedade percebe e aborda a deficiência intelectual. Em vez de focar apenas nas limitações e incapa-

cidades, há uma crescente ênfase nas habilidades, interesses e potenciais únicos de cada indivíduo.
Essa abordagem mais positiva e centrada na pessoa reconhece que todos os indivíduos têm algo valioso a contribuir, independentemente de suas habilidades ou características. Isso inclui os alunos com deficiência intelectual, cujas habilidades e potenciais podem ser desenvolvidos e valorizados através de uma educação inclusiva e de qualidade.
A inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva. Ao promover a participação de todos os alunos na educação, independentemente de suas habilidades ou características, estamos fortalecendo os valores democráticos de igualdade, respeito pela diversidade e justiça social.
Além disso, a inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual traz benefícios para toda a comunidade escolar, promovendo a compreensão, a empatia e o respeito mútuo entre os alunos, professores e funcionários. Isso cria um ambiente mais acolhedor e solidário, onde todos se sentem valorizados e respeitados.
No entanto, para que a inclusão escolar seja efetiva, é necessário garantir o acesso a recursos e apoio adequados, bem como capacitar os professores e profissionais da educação para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual.
Além disso, é importante promover uma cultura escolar inclusiva, que celebre a diversidade e valorize as contribuições de todos os alunos. Isso requer o engajamento de toda a comunidade escolar, incluindo pais, alunos, professores, funcionários e gestores escolares, na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.
Em suma, a inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual é uma exigência de uma sociedade que se pretende democrática, justa e inclusiva. Ao reconhecer e valorizar as potencialidades de todos os alunos, podemos construir escolas e comunidades mais acolhedoras, solidárias e democráticas, onde todos têm a oportunidade de aprender, crescer e realizar seu potencial máximo.
Essa abordagem não apenas beneficia os alunos com deficiência intelectual, mas também contribui para o desenvolvimento de uma cultura escolar mais inclusiva e positiva para todos os alunos. Ao reconhecer e valorizar as potencialidades de cada aluno, independente de suas habilidades ou características, estamos promovendo um ambiente de aprendizagem que respeita a diversidade e estimula o crescimento pessoal e acadêmico de todos.
Uma escola que valoriza as potencialidades de todos os alunos é mais do que apenas um local de ensino; é um espaço de oportunidades e descobertas. Nesse ambiente, os alunos são encorajados a explorar seus interesses, desenvolver suas habilidades e buscar seus sonhos, sem medo de julgamentos ou limitações impostas por estereótipos.
Além disso, uma escola que valoriza a diversidade e as potencialidades de todos os alunos promove uma cultura de respeito, empatia e colaboração. Os alunos aprendem a valorizar as diferenças e a trabalhar juntos para alcançar objetivos comuns, criando laços de amizade e solidariedade que transcendem as barreiras da diversidade.
Essa cultura inclusiva e positiva também se estende para além dos muros da escola, impactando as comunidades locais e a sociedade como um todo. Ao promover uma educação que valoriza as potencialidades de todos os alunos, estamos construindo uma sociedade mais justa, solidária e democrática, onde cada indivíduo é valorizado e tem a oportunidade de contribuir para o bem-estar e o progresso de todos.
No entanto, para que essa visão se torne realidade, é necessário o comprometimento de todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais, gestores escolares e funcionários. Todos devem trabalhar juntos para criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos se sintam respeitados, valorizados e apoiados em seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.
Ao reconhecer e valorizar as potencialidades de todos os alunos, estamos construindo um futuro mais brilhante e promissor para as gerações vindouras, onde a diversidade é celebrada e a inclusão é uma realidade concreta em todas as esferas da vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fabíola A.; SILVA, Sara M.S. As TIC nas dificuldades intelectuais e desenvolvimentais. Rev. Diversidades, ano 6, n. 22, out. / dez. 2008.

BATTAGLIA, Laura. Inclusão escolar: práticas e compromissos. Disponível em: http://www.saci.org.br. Acesso em 08 nov. 2019.

BELO, Chantal; CARIDADE, Helena; CABRAL, Luísa; SOUZA, Raquel. Deficiência Intelectual: terminologia e conceptualização. Rev. Diversidades, ano 6, n. 22, out. / dez. 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, Casa Civil, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar 2013. Brasília: INEP, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. Brasília, MEC / SEESP, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Lei 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, Casa Civil, 2015.
CARDOZO, Alcides; SOARES, Adriana B. Habilidades sociais e o envolvimento entre pais e filhos com deficiência intelectual. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 3, n. 11, 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

DIAS, Marília C. Atendimento educacional especializado e complementar e a deficiência intelectual: considerações sobre a efetivação do direito à educação (Dissertação). Mestrado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FRALOUB, Eliane F.A.M.; BUYTENDORP, Adriana A.B.M. O atendimento educacional especializado para o deficiente intelectual em seu aspecto complementar: uma análise da legislação. Diálogos Educ. Rev., Campo Grande, v. 2, n. 2, nov. 2011.

GALVÃO FILHO, Teófilo A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2007.

GLAT, Rosana et al. Estratégias pedagógicas para inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular. In: GLAT, Rosana (Org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro, Letras, 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2009.

LIMA, Renata S. Inclusão do aluno com deficiência intelectual nas escolas municipais de ensino fundamental. Horizontes Rev. Educ., Dourados, n. 1, v. 1, jan. jun. 2013.

LINS, Viviane F.; LIMA, Daniela S. A sala de recursos multifuncionais e sua prática com crianças autistas em escola municipal da cidade do Recife. II Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 16 a 18 nov. 2016.
LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria C. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 18, n. 3, jul. / set. 2012.

LYKOUROPOULOS, Cristina B. Inclusão escolar de alunos com deficiência: um estudo das propostas e ações políticas e sua apropriação por escolas da rede municipal de ensino de Maceió – AL. (Dissertação). Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MANTOAN, Maria T.E. Inclusão escolar: o quê? por quê? Como fazer? São Paulo, Moderna, 2006.

MARTINS, Gabriel S.; DOUMANY, Jamilli S.; UCHOA, Elza M.; ARRELIAS, Josielson S.; LEITE, Ederson W.F. Litera Azul: protótipo de software de apoio à alfabetização de autistas. V Congresso Brasileiro de Informática na Educação, 2016.

NUNES, Débora R.P.; AEVEDO, Mariana Q.O.; SCHMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 16, n. 47, p. 557-572, set. / dez. 2013.

PARRA, L. S. Atando laços e desatando nós: reflexões sobre a função do acompanhamento terapêutico na inclusão escolar de crianças autistas. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PASSERINO, Liliana M. Comunicação alternativa, autismo e tecnologia: estudos de caso a partir do Scala. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2012.

PIMENTEL, Susana C. Adaptações curriculares para estudantes com deficiência intelectual na escola regular: proposta para inclusão ou para segregação? Cadernos de Educação FaE / PPGE / UFPel., v. 45, mai. Ago. 2013.

PLETSCH, Márcia D.; LIMA, Marcela F.C. A inclusão escolar de alunos com autismo: um olhar sobre a mediação pedagógica. I Seminário Internacional de Inclusão Escolar: práticas em diálogo. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 21 a 23 out. 2014.

SILVA Fabrícia G. Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em discussão. (Dissertação). Mestrado em Educação. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

SILVA, Geisiane F.; ALMEIDA, Márcia L. Métodos de alfabetização para crianças autistas. Psicopedagogia Online, 29 mai. 2015.

TEZANI, Thaís C. R. Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão. Dissertação – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

TISMOO, Biotecnologia. Disp. em: htpps://tismoobiotecnologia. Acesso em 02 nov. 2019.